

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2021-05-07

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Espírito-Santo, A., Freire, A. & Serra-Silva, S. (2019). A representação descritiva das mulheres é importante para as preferências políticas? O papel dos partidos políticos. In Ana Paula Pires and Ivo Veiga and Fátima Mariano (Ed.), *Mulheres e Eleições*. (pp. 237-276). Lisboa: Edições Almedina.

Further information on publisher's website:

<https://www.almedina.net/mulheres-e-elei-es-1563805537.html>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Espírito-Santo, A., Freire, A. & Serra-Silva, S. (2019). A representação descritiva das mulheres é importante para as preferências políticas? O papel dos partidos políticos. In Ana Paula Pires and Ivo Veiga and Fátima Mariano (Ed.), *Mulheres e Eleições*. (pp. 237-276). Lisboa: Edições Almedina.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DAS MULHERES É IMPORTANTE PARA AS PREFERÊNCIAS POLÍTICAS? O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS¹ / ²

Ana Espírito-Santo, André Freire e Sofia Serra-Silva

Resumo

Embora a presença de mulheres tenha vindo a aumentar em vários parlamentos em todo o mundo, ainda não se sabe muito sobre as consequências que a sua presença tem para a representação política em matéria de políticas públicas. Com base numa extensa base de dados comparativa sobre as preferências políticas de candidatos a deputados em 12 países e 87 partidos políticos, recolhidos entre 2006 e 2012 no âmbito do *Comparative Candidate Survey*, este artigo tem como objetivo compreender como a interação entre o partido político e o sexo dos candidatos parlamentares influencia as suas preferências políticas. Os resultados sugerem que a representação descritiva das mulheres tem influência nas políticas aprovadas, (i) principalmente (embora não apenas) quando estão em causa temas que afetam particularmente as mulheres e (ii) somente em relação a temas para os quais os partidos políticos não têm posições estabelecidas (i.e. temas não cristalizados). Há, portanto, evidência empírica que apoia a importância da representação descritiva de grupos minoritários para lidar com temas novos na agenda política.

Palavras-chave

representação descritiva, género, preferências políticas, partidos políticos, deputados

Abstract

Although the presence of women has been increasing in several parliaments around the world, we still do not know much about the consequences that their presence has for policy representation. Relying on a rich comparative dataset on prospective MPs' policy preferences in 12 countries and 87 political parties collected between 2006 and 2012 within the Comparative Candidates Survey, this article aims to understand how political parties interplay with prospective MPs' sex to affect the latter's policy preferences. Our results show that the descriptive representation of women makes a difference for policy representation, (i) mainly (though not only) when issues that particularly affect women are at stake and (ii) only concerning issues around which political parties do not yet have settled positions

¹ Este capítulo consiste na tradução do artigo "Does women's descriptive representation matter for policy preferences? The role of political parties" originalmente publicado em inglês na revista *Party Politics*, em 2018, <https://doi.org/10.1177/1354068818764011>.

² A tradução deste capítulo, de inglês para português, foi feita pela Mestre Diana Carvalho, do ICS-UL, e essa tradução foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através do Financiamento Estratégico das Unidades de Investigação e Desenvolvimento, Unidade UID/SOC/03126/2013 (CIES-IUL).

(i.e. uncrystallized issues). There are therefore empirical grounds to support an imposed representation of minority groups to deal with issues that are new on the political agenda.

Keywords

descriptive representation, gender, policy preferences, political parties, representatives

Introdução

Nas últimas décadas, temos assistido a um aumento do número de mulheres no poder político, em grande parte como consequência da tendência internacional para a adoção de quotas de género (Franceschet et al. 2012). Enquanto em 2000 a percentagem média global de mulheres em parlamentos ou câmaras baixas era de 13,5%, 17 anos depois é de 23,6%. Vários argumentos sustentam uma representação mais equilibrada de mulheres e homens³, sendo um deles que, em certas situações, estar presente fisicamente pode fazer a diferença em termos de políticas públicas (Phillips 1995; Mansbridge 1999). Em particular, certos temas persistentemente negligenciados podem receber mais atenção quando há mais representantes do sexo feminino em cargos públicos e, conseqüentemente, contribuir para melhorar a deliberação democrática (Dovi 2007, 309). Isto não implica que todas as mulheres partilhem as mesmas preferências e objetivos – tema que desenvolvemos em baixo. De facto, se houvesse um conjunto de instruções sobre como representar as mulheres (ou qualquer outro grupo), haveria menos razões para se insistir na importância de ter representantes descritivos dos vários grupos (Phillips 1998, 72). Contudo, este argumento sustenta que a representação de pessoas estritamente com base nas suas ideias – ignorando totalmente *quem* elas são - é também insatisfatória (Phillips 1995, 157). Isto porque “um representante descritivo pode basear-se nas experiências que partilha com os membros do mesmo grupo para explorar ramificações desconhecidas dos temas que vão surgindo na arena política” (Mansbridge 1999, 644). Como argumentado por Phillips, quando problemas e temas inesperados surgem durante o mandato ou quando ideias e preocupações chegam à agenda política pela primeira vez, uma sub-representação significativa de alguns grupos no momento da decisão final tem consequências (1995, 44), isto é, em algumas situações, a composição de género do Parlamento pode ter um impacto nas políticas aprovadas.

No entanto, as preferências políticas estão primeira e principalmente ligadas aos partidos políticos e às suas visões programáticas e, nas democracias parlamentares estabelecidas, “a grande maioria dos deputados vota em linha com o seu partido na maior parte das vezes” (Willumsen 2017, 137). Nestes sistemas, a disciplina partidária tende a ser muito forte e, portanto, a maioria dos deputados comporta-se principalmente como *delegado do partido* (Andeweg, e Thomassen 2005). Conseqüentemente, a

³ Ver Dovi (2007, 307–309) para uma visão geral.

filiação partidária dos representantes políticos geralmente ultrapassa a identificação que poderão ter em relação ao seu gênero ou a qualquer outra característica pessoal. Por esta razão, este artigo coloca os partidos no centro da análise e visa compreender como a interação entre o partido político e o sexo dos candidatos parlamentares influencia as suas preferências políticas, dependendo do tema em causa.

A literatura sobre preferências políticas de deputadas e deputados tende a encontrar diferenças entre ambos os sexos, principalmente em relação a temas feministas (por exemplo, Campbell et al. 2010; Childs 2004; Childs, e Webb 2012; Conway et al. 1997; Diaz 2002; Kittilson 2008, entre muitos outros). Em relação a outros temas, as diferenças documentadas são menos comuns. Embora a maioria destes estudos controle pela ideologia antes de relatar diferenças de gênero, usam-na simplesmente como variável de controlo. Em alternativa, neste estudo argumentamos que os partidos e, em particular, se os partidos têm ou não posições estabelecidas sobre certos temas (independentemente da direção), desempenham um papel decisivo. Por outras palavras, a representação descritiva das mulheres tem influência nas preferências políticas relativamente a temas não cristalizados. Enquanto a maioria dos estudos anteriores são estudos de caso (por exemplo, Campbell et al. 2010), estudos comparativos com um N pequeno (Schwindt-Bayer 2006), ou estudos com um N grande mas focados num único tema (Kittilson 2008), este estudo baseia-se numa extensa base de dados comparativa sobre as preferências políticas de candidatos a deputados em 12 países e 87 partidos políticos, recolhidos entre 2006 e 2012 no âmbito do *Comparative Candidate Survey (CCS)*.

A importância relativa da representação descritiva para as preferências políticas

Há uma grande variedade de estudos sobre as possíveis implicações da representação descritiva – entendida como a semelhança composicional entre representantes e representados (Pitkin 1967) – nas preferências políticas dos deputados em diversas regiões do mundo, nomeadamente na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e na América Latina. Contudo, tem havido uma mudança de paradigma. Até recentemente, considerava-se que uma representação substantiva das mulheres implicava uma representação feminista (Celis, e Childs 2014; Childs, e Krook 2008). Por outras palavras, assumir uma posição a favor da igualdade de gênero era geralmente visto como estando a representar substancialmente as mulheres e a defesa de ideias feministas era concebida como uma luta pelos interesses das mulheres.

No entanto, as mulheres não são um grupo homogêneo: “as mulheres diferem entre si, dependendo de se têm filhos ou não, se são divorciadas ou não, se foram violadas ou não, se são heterossexuais ou homossexuais, obesas ou magras, muçulmanas ou cristãs, se estão na menopausa ou na pré-puberdade” (Dovi 2007, 311), para além das suas identidades de classe e étnicas (Childs 2004, 23). Não são uniformes nas suas necessidades e desejos (Celis et al., 2014: 171); em vez disso, são um grupo diversificado de pessoas que podem ter menos em comum entre si do que com grupos semelhantes de homens (Campbell et al. 2010: 174) e, por vezes, melhorar a representação descritiva de algumas mulheres pode ser desvantajoso para subgrupos vulneráveis de mulheres (Dovi 2007, 311). Ou seja,

representar mulheres não significa ser feminista (Celis, e Childs 2012). Por exemplo, há representantes políticas do sexo feminino, conservadoras no Reino Unido (bem como noutros lugares) que afirmam agir em favor das mulheres, embora promovam políticas socialmente conservadoras (Campbell, e Childs 2015: 157).

Uma vaga recente da literatura tem procurado repensar o estudo da representação substantiva das mulheres (por exemplo, Celis 2012; Celis et al. 2008; Jónasdóttir, e Jones 2009; entre muitos outros). Há atualmente um consenso em torno da ideia de que não existe uma relação direta entre a representação descritiva e substantiva das mulheres (ou de qualquer outro grupo); em vez disso, esta relação tem sido retratada como complexa e probabilística (Celis e Childs 2014: 3). Como consequência, a noção de “interesses das mulheres” e a existência de um conjunto universal de “temas de mulheres” tem também, atualmente, sido posto em causa (Celis 2013; Celis, e Childs 2012; Schwindt-Bayer, e Taylor- Robinson 2011). Ao invés, recomenda-se uma abordagem indutiva para mapear as diversas visões “do que as mulheres precisam” (Celis et al. 2014).

Embora, como dito anteriormente, o feminismo não possa ser confundido com a representação das mulheres, a maioria dos estudos empíricos mostra que as mulheres políticas (em relação aos seus pares homens) tendem a agir de uma forma mais feminista, isto é, defendendo a igualdade de género (Campbell et al. 2010; Childs 2004; Childs, e Webb 2012; Conway et al. 1997; Diaz 2002; Kittilson 2008; Lovenduski e Norris, 2003; Macdonald e O’Brien, 2011; Wangnerud, e Sundell 2012 e etc.). No entanto, existem alguns estudos que concluem o contrário (por exemplo, Tremblay, e Pelletier 2000; Studlar, e McAllister 2002).

Vários autores têm também procurado estudar as diferenças entre as atitudes de deputadas e deputados sobre temas que não estão diretamente relacionados com o género. Nesses estudos, as mulheres são frequentemente retratadas como mais liberais (Evans 2005; Swers 2002) e tendencialmente mais de esquerda (Greene, e O’Brien 2016) do que os homens. Em particular, são mais favoráveis à visão de que o governo deveria providenciar serviços e assistência aos mais carenciados (Conway et al. 1997, 37), sejam eles crianças (Jones, 1997) ou idosos (Giles-Sims et al. 2012). As mulheres são também mais propensas do que os homens a apoiar o controlo de armas, a opor-se ao uso da força para resolver conflitos e a apoiar a diminuição do financiamento governamental para programas militares (Conway et al. 1997: 37). Porém, na América Latina, não foram encontradas diferenças de género nas atitudes em relação à educação, saúde ou economia entre os legisladores (Schwindt-Bayer 2006).

Teoria e hipóteses: trazendo os partidos para a discussão

Os partidos políticos enfrentam tempos difíceis. Há um claro declínio na filiação partidária (Van Biezen et al. 2012), a volatilidade é mais elevada do que nunca (Dassonneville, e Hooghe 2015) e a

participação eleitoral tem diminuído em geral – embora haja alguns sinais da tendência inversa em países como a Alemanha, a Áustria e a Holanda, entre outros⁴. Adicionalmente, existe um consenso em torno da ideia de que as funções representativas dos partidos não funcionam como costumavam (ver, por exemplo, Mair 2013). Não obstante, a maioria dos deputados é membro de um partido político, o trabalho parlamentar é organizado dentro de grupos partidários e, dependendo do sistema eleitoral, os partidos podem desempenhar um papel determinante na colocação dos candidatos nas listas e, portanto, possibilitar ou impedir o seu sucesso eleitoral. Deste modo, mesmo não sendo atualmente os únicos veículos de representação dos cidadãos, os partidos continuam a ser atores chave na formação das preferências políticas dos deputados.

Contudo, há alguma evidência de que quando os temas em causa estão relacionados com as características pessoais dos deputados (por exemplo, com a sua fé religiosa ou experiências pessoais em termos de saúde), essas características têm um impacto no comportamento legislativo dos deputados, nomeadamente nos discursos e autoria de propostas de lei (Burden 2007). Observando os estudos de género, a simples evidência de que as deputadas defendem mais frequentemente a igualdade de género do que os deputados (como mencionado anteriormente) é também um exemplo de como a ligação entre as características dos deputados e os temas em discussão têm impacto.

Assim sendo, argumentamos que a intensidade com que os partidos moldam as preferências políticas dos deputados depende do tipo de temas em causa. Embora neste capítulo tenhamos intencionalmente evitado o conceito controverso de “interesses ou temas de mulheres”, bem como contornámos a discussão em torno da representação substantiva das mulheres, afirmamos que existem alguns temas – como o aborto, a maternidade, as quotas de género, a violência com base no género, entre outros – que claramente não são neutros do ponto de vista do género, já que os seus enquadramentos legais são de maior preocupação para as mulheres do que para os homens (Phillips 1995, 68). Porque têm mais consequências diretas na vida das mulheres do que na dos homens, designamos estes temas como *temas que afetam particularmente as mulheres* e, nas análises realizadas, comparamo-los com os restantes temas.

Embora tenha sido demonstrado que o partido explica mais do que o sexo dos deputados, mesmo em relação à igualdade de género (Campbell et al. 2010; Lovenduski, e Norris 2003; Kittilson 2006), também sabemos que quanto mais formal e exposto o ato em causa, maior o peso do partido. Pelo contrário, em atos mais informais, a identificação dos representantes com o seu género surge com mais frequência. Por exemplo, embora o partido conte de forma esmagadora para a orientação de voto dos deputados no Reino Unido, o sexo do deputado desempenha um papel mais importante quando se trata de debates parlamentares (Childs, e Webb 2012, 147). Se o deputado é homem ou mulher parece ainda

⁴ <https://www.idea.int/data-tools/vt-advanced-search> (acedido a 9 de novembro de 2017).

mais determinante quando os atos são realizados nos bastidores, nomeadamente nas comissões parlamentares ou nos círculos eleitorais – onde a disciplina e identidade partidária e conflitos entre partidos são menos importantes (Childs 2004) – ou noutras arenas, longe dos órgãos legislativos (Weldon 2002). Visto que neste estudo estamos a lidar com preferências políticas reveladas anonimamente, isto é, completamente fora do alcance do público, não é expectável que o peso do partido supere o peso do sexo do candidato, particularmente em relação a alguns temas.

O nosso argumento é então que, quando se trata de *temas que afetam particularmente as mulheres*, o papel desempenhado pelos partidos políticos é mais frequentemente superado pelo impacto da representação descritiva, isto é, pelo sexo do candidato, do que noutro tipos de temas. Por outras palavras, embora os partidos sejam em geral mais determinantes do que o sexo do candidato, espera-se que as candidatas do sexo feminino atuem menos frequentemente como delegadas do partido em temas que afetam particularmente as mulheres do que em relação a outros temas. Assim, a nossa primeira hipótese supõe que *temas que afetam particularmente as mulheres são menos permeáveis à influência partidária do que outros temas* (hipótese 1). Como consequência, prevemos que haja mais diferenças de género nesses temas do que noutros na globalidade dos parlamentos e que, quando os partidos são introduzidos na análise, não só ocorra uma diminuição no número de temas onde as diferenças de género são visíveis (que é uma expectativa bastante óbvia), mas também que as diferenças se mantenham sobretudo em temas que afetam particularmente as mulheres.

Os partidos diferem entre si de várias maneiras, nomeadamente na sua organização formal, normas comportamentais e compromissos programáticos (Gunther e Diamond 2003). Mesmo que muitos partidos estejam a passar por um processo de “*des-ideologização*” nas últimas décadas (Kirchheimer 1990), o compromisso programático (ou, de forma mais geral, a ideologia partidária) destaca-se como a característica mais importante do partido em termos de representação política. Além disso, apesar de nem todos os atuais partidos poderem ser integrados numa família ideológica (Mair 2007; Ware 1996), essas famílias continuam a ser uma forma compreensível de classificar partidos (von Beyme 1985). Ainda mais importante para este estudo, os partidos variam quanto aos temas que lhes “pertencem” (Budge, e Farlie 1983; Petrocik 1996). A propriedade de temas refere-se às “áreas políticas em relação às quais [um partido] tem uma longa reputação em lidar bem e priorizar a resolução dos principais desafios inerentes a essas áreas” (Wagner e Meyer 2014, 1020). Geralmente, os temas que “pertencem” aos partidos estão cristalizados para esses partidos, isto é, os partidos têm posições claras sobre eles (independentemente da direção). Pelo contrário, os temas não cristalizadas por norma não estão há muito tempo na agenda política; são temas sobre os quais os deputados não adotaram posições públicas e em torno dos quais os partidos políticos não estão organizados (Mansbridge 1999, 643).

Na senda de Phillips, argumentamos que, quando as questões se cristalizam na forma de propostas políticas, poderá ser relativamente pouco importante quem os políticos são, desde que sigam o programa do partido (Phillips 1995, 159). No entanto, quando as ideias chegam à agenda política pela primeira vez e os partidos escolhem “apanhar a onda” (Wagner and Meyer, 2014), “(...) os representantes

descritivos têm maior probabilidade do que os representantes não-descritivos, se forem idênticos nos restantes aspetos, de agir de acordo com a vontade dos representados descritivos (Mansbridge 1999, 646). Além disso, observando membros de partidos dos países nórdicos, foi sugerido que as diferenças mais notáveis entre mulheres e homens surgem em temas que não fazem parte do *core* ideológico dos partidos (Heidar, e Pedersen 2006).

Seguindo esta linha de pensamento, esperamos que *em partidos onde os temas que afetam particularmente as mulheres estão cristalizados, haja menos diferenças entre candidatas e candidatos parlamentares em relação a esses temas* (hipótese 2). Relativamente aos restantes temas, não esperamos encontrar nenhum efeito de género. Nesses casos, poderá haver uma maior heterogeneidade entre candidatos a deputados quando os temas não estão cristalizados e mais homogeneidade quando estão cristalizados, mas não deverá existir diferenças de género particularmente significativas em nenhum dos casos.

De acordo com o novo paradigma dos estudos de género nesta área, como descrito anteriormente, não se espera que a associação entre representação descritiva e substantiva siga um padrão simples ou binário; representar mulheres não implica somente ser feminista e a noção de “interesses das mulheres” é muito contestada. Por esse motivo, evitámos deliberadamente fazer qualquer inferência em relação à direção das diferenças entre mulheres e homens. Poderíamos ter seguido uma abordagem indutiva (Celis et al. 2014) e desenvolvido mais sobre essas diferenças dentro de cada partido, mas isso resultaria num capítulo totalmente diferente.

Dados e métodos

Os dados

Para este estudo utilizámos uma base de dados com as preferências políticas sobre variados temas, de 7264 candidatos a deputados, mulheres e homens, recolhidos entre 2006 e 2012 no âmbito do CCS (2015) e distribuídos pela FORS, Lausanne⁵. A Tabela 1 apresenta os 12 países incluídos na análise⁶. O número de candidatos legislativos inquiridos em cada país varia de um mínimo de 170 na Holanda e um máximo de 1741 na Suécia⁷. As candidatas do sexo feminino representam 37% da amostra total (contra 65% de candidatos do sexo masculino) e em todas as amostras nacionais, com exceção da Irlanda, as mulheres constituem pelo menos 30%⁸.

⁵ Para mais informações sobre o *Comparative Candidate Survey*, ver <http://www.comparativecandidates.org/>

⁶ Dez outros países encontravam-se disponíveis na base de dados original mas foram excluídos porque não incluíam todos os temas analisados neste capítulo. Nos países com mais de um estudo eleitoral, o estudo mais recente foi considerado, com exceção da Austrália, porque os dados mais recentes não incluíam todos os temas.

⁷ Esta variação de N não é uma fonte de preocupação neste capítulo já que a análise é feita em cada país, em cada partido ou tem o partido político como unidade de análise.

⁸ Ver no Anexo A mais informações sobre os candidatos a deputados em cada país.

INSERIR TABELA 1 AQUI

Indicadores de preferência política

INSERIR TABELA 2 AQUI

A Tabela 2 apresenta os 10 indicadores de preferência política disponíveis na nossa base de dados. Sete desses itens foram agrupados em dois índices, enquanto os restantes três itens foram mantidos em separado por razões teóricas e metodológicas (análise fatorial⁹ e análise da consistência interna dos índices). O primeiro índice refere-se à “imigração e autoridade” e inclui atitudes em relação tanto à imigração como à autoridade. O Alpha de Cronbach, uma estimativa estatística da consistência e fiabilidade interna de índices, é de 0,664, o que é considerado bom, e em nenhum país está abaixo de 0,551, com a exceção de Portugal (0,497) e da Grécia (0,465). Embora o índice seja menos confiável nestes últimos dois casos, temos uma boa consistência interna global para este instrumento (ver DeVellis 1991). O segundo índice “igualdade social e ambiente” inclui três itens: um sobre a luta contra as desigualdades, um relativo ao papel do governo na proteção social e outro final em matéria de proteção ambiental. A sua consistência interna é de 0,622, o que é, de novo, um bom resultado. Neste caso apenas dois países têm valores abaixo de 0,535: a Irlanda (0,373) e a Grécia (0,415). Assim sendo, temos índices razoáveis em ambas as situações. Os restantes indicadores que foram mantidos em separado são: (1) sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo e (2) temas que afetam particularmente as mulheres, nomeadamente a discriminação positiva em relação às mulheres (no mercado de trabalho) e a liberdade de escolha das mulheres no caso de aborto¹⁰. Todos os itens foram codificados de uma forma que implica que os valores mais baixos significam sempre posições “liberais/progressivas, de esquerda e/ou libertárias” e os valores mais elevados significam sempre posições “conservadoras, de direita e/ou autoritárias (numa escala de 1 a 5).

Cristalização dos temas

De forma a conseguir identificar se um determinado tipo de tema é ou não cristalizado num dado partido, classificámos os partidos políticos existentes na base de dados de acordo com duas tipologias partidárias bem conhecidas. Primeiro, com base na tipologia das famílias partidárias (ver Mair e Mudde 1998), os 87 partidos foram agrupados em seis famílias: nova esquerda e verdes (ou seja, partidos da esquerda libertária, comunistas reformados e os verdes; 18 partidos); comunistas (ou seja, comunistas ortodoxos/não reformados; 3 partidos), socialistas e sociais-democratas (16 partidos), liberais (12

⁹ O Anexo B fornece informações detalhadas sobre a análise fatorial.

¹⁰ Existe uma correlação positiva, porém fraca, entre os dois itens que afetam particularmente as mulheres ($r_s = 0,180$; $p = 0,000$).

partidos), conservadores¹¹ (23 partidos) e nova direita radical (8 partidos). Assim, os conservadores correspondem ao maior número de partidos na amostra, seguidos pelos socialistas e a nova esquerda/verdes. O menor número de partidos na amostra pertence à direita radical e aos comunistas (não reformados), enquanto os liberais apresentam um número intermédio.

Uma segunda classificação que funciona igualmente bem como um *proxy* à cristalização dos temas é a ideologia esquerda-direita do partido (ver Benoit, e Laver 2006). Esta classificação divide os partidos em três categorias: esquerda (35 partidos), centro (22 partidos) e direita (30 partidos). Para classificar os partidos de acordo com ambas as tipologias partidárias, recorreremos a especialistas nestas matérias de cada um dos países aqui analisados (ver Agradecimentos) e à base de dados liderada por Pilet e Cross (2014)¹².

Existe um grande consenso na literatura em torno da ideia de que são os partidos à esquerda do espectro político que mais frequentemente tomam a iniciativa de introduzir medidas para a igualdade social e política das mulheres (por exemplo, Phillips 1995, 42). Mais precisamente, os partidos de esquerda (especialmente os novos partidos de esquerda e os verdes, mas também os socialistas e, embora talvez em menor grau, os comunistas) estão geralmente na linha da frente na defesa de medidas de conciliação da vida profissional com a vida familiar, bem como na defesa de posições pró-escolha em questões de aborto; assim sendo, consideramos que estes dois temas, que claramente afetam particularmente as mulheres, estão cristalizados nos partidos de esquerda. Embora seja verdade que as posições pró-vida (relativamente ao aborto) são também característica de pelo menos alguns partidos conservadores, nomeadamente os partidos democratas cristãos, dois pontos devem ser aqui considerados. Em primeiro lugar, nalgumas sociedades secularizadas, os partidos conservadores não são atualmente tão firmes em questões relacionadas com o aborto e estilo de vida como no passado (ver, por exemplo, os ‘Tories’ durante a liderança de David Cameron). Em segundo lugar, em algumas sociedades, essas questões foram sempre polarizadas nos partidos democratas cristãos, deixando espaço para os conservadores secularizados representarem o eleitorado mais liberal nestes temas (ver, por exemplo, o caso da Suécia). Portanto, tendemos a considerar que os temas que afetam particularmente as mulheres estão menos cristalizados para a família de partidos conservadora e/ou para partidos de direita do que para os partidos de esquerda.

O mesmo argumento pode ser feito em relação a temas relacionados com “igualdade social e ambiente” que podem ser atribuídos a partidos de esquerda em geral; enquanto os socialistas e os comunistas claramente detêm temas de igualdade social, a nova esquerda e os verdes tipicamente priorizam as questões ambientais. Pelo contrário, as questões relacionadas com a imigração e a autoridade, nomeadamente quão duras devem ser as sentenças ou se torturar prisioneiros é, por vezes, aceitável estão particularmente presentes em partidos de direita radical e, até certo ponto, nos discursos

¹¹ Os democratas cristãos e os conservadores foram agrupados devido à falta destes últimos partidos em muitos países da nossa amostra.

¹² Para a classificação país por país dos diferentes partidos, consulte o Anexo C.

dos partidos conservadores. Assim, defendemos que estes temas estão particularmente cristalizadas nestes partidos.

Os modelos

A análise foi efetuada em duas etapas. Na primeira etapa, foram testadas as diferenças entre as posições médias de mulheres e homens quanto a cada um dos cinco indicadores/índices descritos anteriormente (Tabela 2). Para isto, tanto globalmente como no seio de cada partido, usámos o *t-test* (para amostras independentes) ou a sua alternativa não-paramétrica correspondente (teste de Mann-Whitney) quando os pressupostos para o *t-test* não estavam assegurados.

Na segunda etapa da nossa análise, o partido tornou-se a unidade de análise. Foram realizadas regressões lineares tendo as diferenças absolutas (ou seja, sem os sinais) nas preferências políticas entre mulheres e homens como variáveis dependentes e tendo a família e a ideologia partidária como as principais variáveis independentes. Ambas foram operacionalizadas como conjuntos de variáveis *dummies* (variáveis dicotómicas de 0 e 1). Para além disso, duas variáveis de controlo foram adicionadas ao modelo, nomeadamente a existência de quotas de género ao nível do partido e o status governamental do partido. A inclusão do primeiro controlo baseia-se na teoria da massa crítica, segundo a qual um determinado limiar de representação descritiva de qualquer grupo é necessário para que se observem mudanças significativas em vários aspetos das legislaturas (Dahlerup 2006). Embora esta teoria tenha sido amplamente criticada (Celis et al. 2008; Childs, e Krook 2008), no seguimento de Heidar e Pedersen (2006), acreditamos que, nos partidos parlamentares com um número relativamente elevado de mulheres, as mulheres enquanto grupo, se sentem provavelmente mais fortes e mais confortáveis em pronunciar as suas opiniões *em voz alta* – mesmo quando estas diferem das posições partidárias convencionais (ou da maioria dos homens) – podendo levar a diferenças mais pronunciadas nas preferências políticas entre sexos. Como medida operacional, usamos a quota de género em cada partido sempre que esta existe (ou seja, a percentagem mínima de candidatos de cada sexo admitida nas listas partidárias) ou a quota nacional (quando é mais elevada do que a quota do partido). Os partidos que não têm quota, nem a nível partidário nem nacional, foram codificados com 0¹³.

A inclusão do status governamental do partido como variável de controlo justifica-se porque ter poder executivo tem alguns custos, nomeadamente, implica uma grande exposição não apenas para com os cidadãos, mas também para com todos os partidos de oposição. Qualquer contradição interna que se torne pública tende a ter fortes efeitos negativos na imagem do partido, especificamente no nível de apoio público ao governo, uma vez que sugere problemas de liderança e desorganização. No geral, é necessário disciplina para governar de forma eficiente e eficaz, garantir a estabilidade do governo e

¹³ Esses dados foram recolhidos do site do projeto: <http://www.quotaproject.org/>. Alguns detalhes foram corrigidos posteriormente através de fontes complementares.

contribuir para a boa governação (Alderman 1967; Patzelt 2003). Por estas razões, esperaríamos que a disciplina partidária fosse mais elevada nos partidos de governo e, portanto, as diferenças nas preferências políticas entre mulheres e homens fossem menores. Esta variável foi medida com uma variável *dummy*, que obteve o valor 1 quando o partido estava no governo após a eleição (devido ao facto do CCS ser pós-eleitoral e realizado dentro de 6 ou mais meses após uma eleição) e 0 em caso contrário.

Testando as diferenças nas preferências políticas entre mulheres e homens

Nesta primeira seção da análise empírica, concentrámo-nos em mapear as diferenças (absolutas) entre homens e mulheres em termos de preferências políticas. De acordo com a primeira hipótese, espera-se que os temas que afetam particularmente as mulheres sejam menos permeáveis à influência partidária do que os restantes temas (hipótese 1). Portanto, quando passamos de uma análise onde os partidos são considerados todos juntos para uma análise intra-partidos, esperamos uma diminuição significativa no número de temas onde as diferenças entre os sexos são visíveis, exceto para os temas que afetam particularmente as mulheres, nomeadamente a liberalização do aborto e a ação afirmativa em prol das mulheres no mercado de trabalho.

INSERIR TABELA 3 AQUI

Olhando para a Tabela 3, podemos dizer que a hipótese 1 se confirma. Primeiro, relativamente aos temas “imigração e autoridade” e “igualdade social e ambiente”, são muito poucos os países onde existem diferenças significativas entre mulheres e homens (três e quatro países, respetivamente), sendo as diferenças ainda mais escassas quando controlamos pelo partido político (quatro partidos para ambas as questões do total de 87 partidos). Pelo contrário, quando consideramos temas que afetam particularmente as mulheres (ação afirmativa e aborto), encontramos diferenças significativas em 9 e 8 países e em 16 e 14 partidos, respetivamente.

O caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo apresenta uma situação intermédia: existem diferenças relevantes em 6 países e as diferenças mantêm-se dentro de 11 partidos. Assim sendo, embora em qualquer dos temas, a tendência seja para a ausência de diferenças significativas nas preferências políticas entre mulheres e homens quando os partidos são trazidos para a análise – confirmando assim a primazia do partido sobre o género dos deputados (Campbell et al. 2010; Lovenduski, e Norris 2003; Kittilson 2006) – esta tendência ocorre com muito menos frequência em temas que afetam particularmente as mulheres e, até certo ponto, quando a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo é considerada.

Verificam-se algumas diferenças entre países que vale a pena destacar. A maioria dos países nórdicos – especialmente a Suécia, a Islândia, a Finlândia e a Alemanha – apresenta números relativamente elevados de diferenças entre mulheres e homens tanto antes como depois da introdução dos partidos na análise, sobretudo para os temas que afetam particularmente as mulheres; no entanto, muitos outros países (Austrália, Irlanda, Holanda, Portugal, entre outros) apresentam muito poucas diferenças. Resultados semelhantes têm sido frequentemente encontrados para a região nórdica (por exemplo, Heidar e Pedersen 2006; Svaleryd 2009; Wangnerud 2009), possivelmente porque poderá ser mais fácil para as mulheres manterem as suas opiniões divergentes quando estão presentes em grande número (Heidar, e Pedersen 2006). Mais investigação de natureza comparativa é, no entanto, necessária para melhor se compreenderem estas discrepâncias entre países.

A próxima etapa da análise consiste em explicar a variação entre os partidos dependendo da cristalização (ou não) dos temas no seio dos partidos.

Explicando a variação partidária nas diferenças entre homens e mulheres nas preferências políticas

Usando os partidos como unidade de análise e dois fatores ao nível partidário (família e ideologia partidária) como *proxy* para a cristalização de temas, nesta secção testamos explicações para as variações nas diferenças absolutas entre mulheres e homens em termos das suas preferências políticas. Para este efeito, construímos uma base de dados específica (N= 87 partidos). Testámos as duas tipologias partidárias (famílias e ideologia partidária) separadamente nas tabelas 4 e 5 para evitar problemas de multicolinearidade.

Começamos por analisar os resultados obtidos para os temas que afetam particularmente as mulheres. De acordo com a segunda hipótese, os partidos de esquerda, comparativamente com os de direita (os últimos são o grupo de referência na ideologia esquerda-direita dos partidos – ver Tabela 4), tenderiam a revelar diferenças significativamente menores entre mulheres e homens devido à elevada cristalização dos temas que afetam particularmente as mulheres. O mesmo foi previsto para a nova esquerda/verdes, os comunistas e os socialistas¹⁴ comparativamente com os conservadores (que são o grupo de referência na família partidária – ver Tabela 5). Em ambas as Tabelas 4 e 5, as células onde esperaríamos encontrar um efeito significativo foram sublinhadas a cinzento.

INSERIR TABELAS 4 E 5 AQUI

¹⁴ Devido à falta de partidos comunistas ortodoxos em muitos dos 12 países, na análise empírica agrupamos os socialistas e os comunistas juntos (ver Tabela 5).

Os resultados não são lineares para os temas que afetam particularmente as mulheres, justificando mais uma vez a opção por manter os dois itens em separado na análise. Em termos de discriminação positiva (feminina) no trabalho, ser um partido de esquerda não tem efeito significativo (Tabela 4). Da mesma forma, quando se consideram as famílias partidárias (Tabela 5), pertencer à família socialista ou comunista ou às famílias da nova esquerda ou dos verdes não tem qualquer efeito. Assim sendo, relativamente a este tema, não confirmamos a hipótese 2. Isto significa que embora haja diferenças significativas entre mulheres e homens quanto a este tema (ver novamente Tabela 3)¹⁵, elas encontram-se distribuídas por todos os tipos de partidos. Um olhar mais cuidadoso aos 16 partidos onde foram encontradas diferenças entre os sexos para este tema na Tabela 3, revela que pertencem a várias famílias partidárias (dados não apresentados)¹⁶. Estes resultados sugerem que este tema não está cristalizado em qualquer família partidária ou posição partidária ideológica. De facto, embora exista uma longa tradição de quotas de género na esfera política, instrumentos equivalentes para a esfera económica são muito mais recentes e menos comuns (Holli 2011; Meier 2013).

As nossas expectativas são mais certas quando é analisada o tema do aborto. Em relação ao espectro ideológico (Tabela 4), os partidos de esquerda mostram diferenças menores entre mulheres e homens do que os partidos de direita. Ou seja, a orientação de esquerda – onde argumentamos que a questão do aborto está mais cristalizada – diminui as diferenças entre mulheres e homens (0,200). Mudando agora para as famílias ideológicas (Tabela 5), os resultados também sustentam a hipótese 2. O impacto das variáveis *dummy* de partido são muito relevantes no caso do aborto (R^2 de 31,7%); os partidos de esquerda (incluindo os socialistas, comunistas, bem como os da nova esquerda e os verdes) apresentam menos diferenças entre os sexos do que os partidos conservadores.

A segunda parte da hipótese 2 supunha a inexistência de efeitos de género noutros temas para além da discriminação positiva (feminina) no trabalho e da posição sobre o aborto. Embora esta afirmação seja verdade tanto para a “imigração e autoridade” como para “igualdade social e ambiente”, não se aplica de todo às atitudes em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Os resultados para casamento entre pessoas do mesmo sexo revelam um padrão semelhante ao expectável para os temas que afetam particularmente as mulheres e muito parecido com o que descrevemos para a posição sobre o aborto: nos partidos de esquerda (0,226), quando comparados com os partidos de direita, há significativamente menos diferenças entre mulheres e homens quanto ao casamento entre pessoas do mesmo sexo ($R^2 = 25,8\%$, Tabela 4). Para além disso, os partidos socialistas e comunistas (0,299) e os da nova esquerda e os verdes (0,263) apresentam diferenças entre mulheres e homens nas preferências políticas quanto a este tema significativamente menores do que os partidos conservadores ($R^2 = 29\%$, Tabela 5). Uma análise mais aprofundada dos dados demonstra ainda que, embora haja um número menor de partidos com diferenças significativas entre mulheres e homens para

¹⁵ De facto, esta é o tema em que as diferenças entre as mulheres e os homens são maiores.

¹⁶ Ao contrário dos temas do aborto ou do casamento entre pessoas do mesmo sexo, onde há uma concentração em torno da família conservadora.

o aborto do que para o casamento entre pessoas do mesmo sexo (na Tabela 3), no primeiro caso essas diferenças são ligeiramente mais proeminentes (dados não mostrados). Este resultado desafia a nossa expectativa de encontrar resultados específicos para temas que afetam particularmente as mulheres. Há duas explicações plausíveis, embora sejam necessários estudos adicionais, que incluam mais temas, para confirmar qual delas se aplica. Uma possível explicação é que as mulheres são particularmente favoráveis ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, um efeito que já foi observado anteriormente (Herek 2002; Sherkat et al. 2010). Outra possibilidade é que existe uma tendência para as mulheres serem progressivamente mais de esquerda, sobretudo quando se analisa a escala autoritária-libertária, menos quando se observa a escala esquerda-direita tradicional Campbell (2004). De facto, embora esse não tenha sido o objetivo deste capítulo, os três temas passíveis de serem incluídos na escala autoritária-libertária (nomeadamente, ação afirmativa perante as mulheres no mercado de trabalho, aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo), as preferências das mulheres são claramente mais à esquerda do que as posições dos homens. Embora o mesmo possa ser dito para os restantes dois temas em análise, as diferenças entre mulheres e homens são menores (dados não mostrados).

Conclusões

Embora as mulheres tenham vindo a obter uma representação política crescente em vários parlamentos em todo o mundo nas últimas décadas, ainda não se sabe muito sobre as consequências desse aumento para a representação política em matéria de políticas públicas. Este capítulo visa compreender como a interação entre o partido político e o sexo dos candidatos parlamentares influencia as preferências políticas dos últimos. Mais especificamente, procuramos testar empiricamente dois argumentos principais. Uma vez que alguns temas têm mais consequências diretas na vida das mulheres do que dos homens, ou seja, afetam particularmente as mulheres, o primeiro argumento defende que há mais diferenças nas preferências políticas entre os dois sexos quanto a esses temas do que quanto a outros temas que não afetam particularmente as mulheres. Em linha com Mansbridge (1999) e Phillips (1995), o segundo argumento estabelece que a representação descritiva das mulheres tem influência nas preferências políticas dos deputados quando os temas em causa não estão cristalizados nos partidos políticos.

Numa primeira etapa, usando dados a nível individual relativos às preferências políticas de candidatos a deputados quanto a cinco temas, chegámos às seguintes conclusões. Diferenças significativas nas preferências políticas entre mulheres e homens são bastante escassas e geralmente não se mantêm quando controlamos pelo partido. No entanto, nos temas que afetam particularmente as mulheres (ações afirmativas no mercado de trabalho e aborto) e, embora em menor grau, quanto ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, as diferenças entre os deputados candidatos do sexo masculino e feminino são muito mais comuns e mantêm-se (num número razoável de casos/partidos) quando controlamos pelo partido. Estes resultados confirmam o nosso primeiro argumento, embora indiquem também que o casamento entre pessoas do mesmo sexo configura-se como um tema peculiar.

Na última etapa, tendo o partido como unidade de análise e usando a família e a ideologia partidária como *proxies* para a cristalização dos temas, testamos o segundo argumento, que, tanto quanto sabemos, nunca tinha sido testado empiricamente. A análise aqui realizada apoia totalmente a teoria da cristalização, uma vez que sugere que a representação descritiva das mulheres tem influência nas políticas aprovadas, mas apenas quanto a temas não cristalizados. Por contrário, quando um tema está no centro da proposta política de um partido, há um nível elevado de homogeneidade dentro do partido quanto a esse tema e, por conseguinte, as diferenças entre mulheres e homens quanto a esse tema são mínimas. Assim, encontramos evidência empírica para apoiar o pressuposto teórico de que a representação descritiva de grupos minoritários pode ser justificada com o intuito de lidar com temas que são novos na agenda política e, em torno das quais, os partidos políticos ainda não estão organizados. Nesses casos, *quem* os representantes são pode fazer a diferença.

No entanto, os resultados que obtivemos na segunda parte deste capítulo desafiam o nosso primeiro argumento, de que a representação descritiva das mulheres apenas importa para temas que afetam particularmente as mulheres. De facto, os resultados que obtivemos para o aborto e para o casamento entre pessoas do mesmo sexo são muito semelhantes, apesar de entre os dois, só o aborto poder ser classificado como um tema que afeta particularmente as mulheres. Isto sugere que a força da representação descritiva para as preferências políticas não se limita apenas a temas que afetam diretamente o grupo em causa, embora seja particularmente forte nesses temas. Os resultados contraditórios que os estudos anteriores alcançaram na tentativa de identificar as áreas da política relativamente às quais mulheres e homens divergem (por exemplo, Conway et al. 1997; Evans 2005; Schwindt-Bayer 2006; Swers 2002) confirmam que se trata de um terreno instável. Em todo o caso, é necessária investigação adicional e inovadora para esclarecer adicionalmente estes resultados.

Em suma, esta investigação sugere que trazer os partidos para o centro da análise sobre a influência da representação descritiva nas preferências políticas é absolutamente necessário, particularmente quando se considera o nível de cristalização dos temas em cada partido.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a preciosa ajuda de vários especialistas nacionais dos vários países incluídos na análise: Ian McAlister e Rachel Gibson (Austrália); Marcelo Jenny (Áustria); Jean Benoit-Pilet e Lieven De Winter (Bélgica); Sara Hobolt (Dinamarca); Åsa Bengtsson (Finlândia); Emmanouil Tsatsanis (Grécia); Eva Onnudotti (Islândia); Gail McElroy (Irlanda); Claes de Vreese (Holanda) e Oddbjørn Knutsen (Suécia). Estamos gratos também a Jean-Benoit Pilet e William Cross por fornecerem alguns dados sobre partidos políticos. Por fim, gostaríamos de agradecer a Gissur Erlingsson, Oddbjørn Knutsen, Patrik Öhberg, assim como aos revisores anónimos da *Party Politics* pelas sugestões valiosas e a Diana Dias Carvalho pela tradução deste capítulo para português.

Referências

- Alderman, Keith R. 1967. "Parliamentary party discipline in opposition: the parliamentary labour party 1951-64." *Parliamentary Affairs* 21: 124-136. May 2017. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.pa.a051434>.
- Andeweg, Rudy B., e Jaques J. A. Thomassen. 2005. "Modes of political representation: toward a new typology." *Legislative Studies Quarterly* 30 (4): 507-528. March 2017. <https://doi.org/10.3162/036298005X201653>.
- Benoit, Kenneth, e Michael Laver. 2006. *Party Policy in Modern Democracies*. London: Routledge.
- Beyme, Klau Von. 1985. *Political Parties in Western Democracies*. Aldershot: Ashgate Publishing.
- Budge, Ian, e Dennis Farlie D. 1983. *Explaining and Predicting Elections: Issue Effects and Party Strategies in Twenty-Three Democracies*. London: Allen & Unwin.
- Burden, Barry C. 2007. *Personal Roots of Representation*. Princeton: Princeton University Press.
- Campbell, Rosie. 2004. "Gender, ideology and issue preference: is there such a thing as a political women's interest in Britain?" *The British Journal of Politics and International Relations* 6 (1): 20-44. June 2017. <https://doi.org/10.1111/j.1467-856X.2004.00125.x>.
- Campbell, Rosie, e Sarah Childs. 2015. "Conservatism, feminization and the representation of women in UK politics." *British Politics* 10 (2): 148-168. June 2017. <https://doi.org/10.1057/bp.2015.18>.
- Campbell, Rosie, Sarah Childs, e Joni Lovenduski. 2010. "Do women need women representatives?" *British Journal of Political Science* 40 (1): 171-194. June 2017. <https://doi.org/10.1017/S0007123409990408>.
- CCS. 2015. *Comparative candidates survey – Module I – 2007– 2012* [Dataset – cumulative file]. Lausanne: FORS.
- Celis, Karen. 2012. "On Substantive Representation, Diversity, and Responsiveness." *Politics & Gender* 8 (4): 524-529. January 2017. <https://doi.org/10.1017/S1743923X12000542>.
- Celis, Karen. 2013. "Representativity in times of diversity: the political representation of women." *Women's Studies International Forum* 41(3): 179-186. January 2017. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2013.07.007>.
- Celis, Karen, e Sarah Childs. 2012. "The substantive representation of women: what to do with conservative's claims?" *Political Studies* 60 (1): 213-225. April 2017. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2011.00904.x>.
- Celis, Karen, e Sarah Childs. 2014. "Introduction: the 'puzzle' of gender, conservatism and representation." Em *Gender, Conservatism and Political Representation*, editado por Karen Celis e Sarah Childs, 1-20. Colchester: ECPR Press.
- Celis, Karen, Sarah Childs, Joanna Kantola et al. 2008. "Rethinking women's substantive representation." *Representation* 44 (2): 99-110. March 2017. <https://doi.org/10.1080/00344890802079573>.
- Celis, Karen, Sarah Childs, Joanna Kantola et al. 2014. "Constituting women's interests through representative claims." *Politics & Gender* 10 (2): 149-174. April 2017. <https://doi.org/10.1017/S1743923X14000026>.

- Childs, Sarah. 2004. *New Labour's Women MPs: Women Representing Women*. London and New York: Routledge.
- Childs, Sarah, e Lena Krook Mona. 2008. "Critical mass theory and women's political representation." *Political Studies* 56: 725–736. September 2017. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2007.00712.x>.
- Childs, Sarah, e Paul Webb. 2012. *Sex, Gender and the Conservative Party*. New York: Palgrave Macmillan.
- Conway, M. Margaret, David W. Ahern, e Gertrude A. Steuernagel. 1997. *Women & Political Participation: Cultural Change in Political Arena*. Washington, D.C: Congressional Quarterly Inc.
- Dahlerup, Drude. 2006. "The story of the theory of 'critical mass'." *Politics & Gender* 2 (4): 511–522. February 2017. <https://doi.org/10.1017/S1743923X0624114X>.
- Dassonneville, Ruth, e Marc Hooghe. 2015. "Economic indicators and electoral volatility: the effect of the state of the economy on electoral volatility, 1950-2013." *Comparative European Politics* 15 (6): 919–943. March 2017. <https://doi.org/10.1057/cep.2015.3>.
- DeVellis, Robert F. 1991. *Scale Development: Theory and Applications*. Newbury Park, CA: Sage.
- Diaz, Mercedes Mateo. 2002. "Are Women in Parliament Representing Women? From Descriptive to Substantive Representation . . . And Back Again?" PhD disertation, Université Catholique de Louvain.
- Dovi, Suzanne. 2007. "Theorizing women's representation in the United States." *Politics & Gender* 3: 297–319. October 2017. <https://doi.org/10.1017/S1743923X07000281>.
- Evans, Jocelyn Jones. 2005. *Women, Partisanship, and the Congress*. New York: Palgrave Macmillan.
- Franceschet, Susan, Mona Lena Krook, e Jennifer M. Piscopo. 2012. *The Impact of Gender Quotas*. Oxford: Oxford University Press.
- Giles-Sims, Jean, Joanne C. Green, e Charles Lockhart. 2012. "Do women legislators have a positive effect on the supportiveness of states toward older citizens?" *Journal of Women, Politics & Policy* 33 (1): 38–64. November 2017. <https://doi.org/10.1080/1554477X.2012.640614>.
- Greene, Zachary, e Diana Z. O'Brien. 2016. "Diverse parties, diverse agendas? Female politicians and the parliamentary party's role in platform formation." *European Journal of Political Research* 55: 435–453. May 2017. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12141>.
- Gunther, Richard, e Larry Diamond. 2003. "Species of political parties: a new typology." *Party Politics* 9 (2): 167–199. December 2017. <https://doi.org/10.1177/13540688030092003>.
- Herek, Gregory M. 2002. "Gender gaps in public opinion about lesbians and gay men." *Public Opinion Quarterly* 66 (1): 40–66. December 2017. <https://doi.org/10.1086/338409>.
- Heidar, Knut, e Karina Pedersen. 2006. "Party feminism: gender gaps within Nordic political parties." *Scandinavian Political Studies* 29 (3): 192–218. December 2017. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.2006.00149.x>.
- Holli, Anne Maria. 2011. "Transforming local politics? The impact of gender quotas in Finland." Em *Women and Representation in Local Government: International Case Studies*, editado por Barbara Pini e Paula McDonald, 142-158. London and New York: Routledge.

- Jónasdóttir, Anna G., e Kathleen B. Jones. 2009. *The Political Interests of Gender Revisited: Redoing Theory and Research with a Feminist Face*. Tokyo, NY, Paris: United Nations University Press.
- Jones, Mark P. 1997. "Legislator gender and legislator policy priorities in the argentine chamber of deputies and the United States house of representatives." *Policy Studies Journal* 25 (4): 613–629. Maio 2017. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.1997.tb00045.x>.
- Kirchheimer, Otto. 1990. "The catch-all party." Em *The West European Party System*, editado por Paul Mair, 50-60. Oxford: Oxford University Press.
- Kittilson, Miki C. 2006. *Challenging Parties, Changing Parliaments*. Columbus: Ohio State University Press.
- Kittilson, Miki C. 2008. "Representing women: the adoption of family leave in comparative perspective." *The Journal of Politics* 70 (2): 323–334. April 2017. <https://doi.org/10.1017/S002238160808033X>.
- Lovenduski, Joni, e Pippa Norris. 2003. "Westminster women: the politics of presence." *Political Studies* 51(1): 84–102. Março 2017. <https://doi.org/10.1111/1467-9248.00414>.
- MacDonald, Jason A., e Erin E. O'Brien. 2011. "Quasi-experimental design, constituency, and advancing women's interests: reexamining the influence of gender on substantive representation." *Political Research Quarterly* 64 (2): 472–486. June 2017. <https://doi.org/10.1177/1065912909354703>.
- Mair, Peter. 2007. "Left-right orientations." Em *The Oxford Handbook of Political Behaviour*, editado por Russell J. Dalton e Hans-Dieter Klingemann, 206–221. Oxford: Oxford University Press.
- Mair, Peter. 2013. *Rulling the Void: The Hollowing of Western Democracy*. London: Versobooks.
- Mair, Peter, e Cas Mudde. 1998. "The party family and its study." *Annual Review of Political Science* 1: 211–229. May 2017. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.1.1.211>.
- Mansbridge, Jane. 1999. "Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent "yes"." *The Journal of Politics* 61(3): 628–657. September 2017. <https://doi.org/10.2307/2647821>.
- Meier, Petra. 2013. "Quotas, quotas everywhere: from party regulations to gender quotas for corporate management boards. Another case of contagion." *Representation* 49 (4): 453–466. May 2017. <https://doi.org/10.1080/00344893.2013.850323>.
- Patzelt, Werner J. 2003 "Party cohesion and party discipline in German parliaments." *The Journal of Legislative Studies* 9 (4): 102–115. January 2017. <https://doi.org/10.1080/1357233042000306287>.
- Petrocik, John R. 1996. "Issue ownership in presidential elections, with a 1980 case study." *American Journal of Political Science* 40 (3): 825–850. April 2017. DOI: 10.2307/2111797.
- Phillips, Anne. 1995. *The Politics of Presence*. Oxford: Clarendon Press.
- Phillips, Anne (ed.). 1998. *Feminism and Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Pilet, Jean-Benoit, e William Cross (eds). 2014. *The Selection of Political Party Leaders in Contemporary Parliamentary Democracies: A Comparative Study*. London: Routledge.
- Pitkin, Hanna F. 1967. *The Concept of Representation*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

- Schwindt-Bayer, Leslie, 2006. "Still supermadres? Gender and the policy priorities of Latin American legislators." *American Journal of Political Science* 50 (3): 570–585. March 2017. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2006.00202.x>.
- Schwindt-Bayer, Leslie, e Michelle Taylor-Robinson M. 2011. "The meaning and measurement of women's interests." *Politics & Gender* 7 (3): 417–446. February 2017. <https://doi.org/10.1017/S1743923X11000213>.
- Sherkat, Darren E., Kylan M. De Vries, e Stacia Creek S. 2010. "Race, religion, and opposition to same-sex marriage." *Social Science Quarterly* 91(1): 80–98. June 2017. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6237.2010.00682.x>.
- Studlar, Donley T., e Ian McAllister. 2002. "Does a critical mass exist? A comparative analysis of women's legislative representation since 1950." *European Journal of Political Research* 41(2): 223–253. May 2017. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.00011>.
- Svaleryd, Helena. 2009. "Women's representation and public spending." *European Journal of Political Economy* 25:186–198. May 2017. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2008.12.004>.
- Swers, Michele L. 2002. *The Difference Women Make: The Policy Impact of Women in Congress*. Chicago: University of Chicago Press.
- Tremblay, Manon, e Réjean Pelletier. 2000. "More feminists or more women? Descriptive and substantive representations of women in the 1997 Canadian federal elections." *International Political Science Review* 21(4): 381–405. June 2017. <https://doi.org/10.1177/0192512100214004>.
- Van Biezen, Ingrid, Peter Mair, e Thomas Poguntke. 2012. "Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe." *European Journal of Political Research* 51(1): 24–56. May 2017. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2011.01995.x>.
- Wagner, Markus, e Thomas M. Meyer. 2014. "Which issues do parties emphasise? Salience strategies and party organisation in multiparty systems." *West European Politics* 37(5): 1019–1045. April 2017. <https://doi.org/10.1080/01402382.2014.911483>.
- Wangnerud, Lena. 2009. "Women in parliaments: descriptive and substantive representation." *Annual Review of Political Science* 12: 51–69. January 2017. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.11.053106.123839>.
- Wangnerud, Lena, e Anders Sundell. 2012. "Do politics matter? Women in Swedish local elected assemblies 1970–2010 and gender equality in outcomes." *European Political Science Review* 4(1): 97–120. April 2017. <https://doi.org/10.1017/S1755773911000087>.
- Ware, Alan. 1996. *Political Parties and Party Systems*. Oxford: Oxford University Press.
- Weldon, S. Lauren. 2002. "Beyond bodies: institutional sources of representation for women in democratic policymaking." *The Journal of Politics* 64 (4): 1153–1174. May 2017. <https://doi.org/10.1111/1468-2508.00167>.
- Willumsen, David M. 2017. *The Acceptance of Party Unity in Parliamentary Democracies*. Oxford: Oxford University Press.

Tabela 1. Número (N) de candidatos a deputados em cada país e ano de recolha de dados.

Países	N; ano
Austrália	N=470; 2007
Áustria	N=966; 2008
Bélgica	N=558; 2010
Dinamarca	N=375; 2011
Finlândia	N=911; 2011
Alemanha	N=789; 2009
Grécia	N=337; 2012
Islândia	N=504; 2009
Irlanda	N=186; 2007
Holanda	N=170; 2006
Portugal	N=257; 2011
Suécia	N=1741; 2010

Fonte: CCS (2015).

Tabela 2. Indicadores de preferências políticas e temas

Itens e índices de preferências políticas	Alfas de Cronbach
Índice ‘Imigração e autoridade’	0.664
Pessoas que infringem a lei devem ter sentenças mais severas/pesadas	-
Os imigrantes devem adaptar-se aos costumes do [país]	-
Os imigrantes são bons para a economia do [país]	-
Torturar prisioneiros nunca é justificável, mesmo que isso possa prevenir eventos terroristas	-
Índice ‘Igualdade social e ambiente’	0.622
Devem ser tomadas medidas mais fortes para proteger o ambiente	-
Proporcionar uma rede de segurança social deve ser o objetivo principal do governo	-
O rendimento e riqueza devem ser redistribuídos para o cidadão comum	-
Temas que afetam particularmente as mulheres	-
As mulheres devem receber tratamento preferencial quando concorrem a empregos	-
As mulheres devem ser livres de decidir sobre o aborto	-
Temas relacionados com estilo de vida	-
O casamento entre pessoas do mesmo sexo deve ser proibido por lei	-

Tabela 3. Diferenças entre candidatas a deputados do sexo masculino e feminino em termos de preferências políticas, em geral e intra-partidos.

Países/ partidos	Imigração e autoridade		Igualdade social e ambiente		As mulheres devem receber tratamento preferencial quando concorrem a empregos		As mulheres devem ser livres de decidir sobre o aborto		O casamento entre pessoas do mesmo sexo deve ser proibido por lei	
	Diferenças globais	Diferenças intra-partidos	Diferenças globais	Diferenças intra-partidos	Diferenças globais	Diferenças intra-partidos	Diferenças globais	Diferenças intra-partidos	Diferenças globais	Diferenças intra-partidos
Austrália (7 partidos)	Não	0	Não	0	Sim	1	Não	0	Sim	1
Áustria (8 partidos)	Não	0	Sim	1	Sim	3	Não	0	Sim	2
Bélgica (11 partidos)	Não	0	Sim	1	Sim	1	Não	0	Sim	1
Dinamarca (9 partidos)	Não	0	Sim	1	Não	0	Sim	1	Não	0
Finlândia (8 partidos)	Não	0	Sim	1	Sim	1	Sim	2	Sim	2
Alemanha (6 partidos)	Sim	1	Não	0	Sim	4	Sim	1	Sim	1
Grécia (4 partidos)	Sim	1	Não	0	Sim	1	Sim	1	Não	1
Islândia (6 partidos)	Não	0	Não	0	Sim	2	Sim	3	Não	1
Irlanda (5 partidos)	Não	0	Não	0	Sim	1	Não	0	Não	0
Holanda (8 partidos)	Sim	1	Não	0	Não	0	Sim	1	Não	0
Portugal (6 partidos)	Não	0	Não	0	Não	0	Sim	1	Não	0
Suécia (9 partidos)	Sim	1	Não	0	Sim	2	Sim	4	Sim	2

Tabela 4. Explicando as variações nas diferenças absolutas entre candidatos a deputados do sexo feminino e masculino nos partidos – regressões OLS – ideologia partidária.

Variáveis independentes	Imigração e autoridade B (Beta)	Igualdade social e ambiente B (Beta)	As mulheres devem receber tratamento preferencial quando concorrem a empregos B (Beta)	As mulheres devem ser livres de decidir sobre o aborto B (Beta)	O casamento entre pessoas do mesmo sexo deve ser proibido por lei B (Beta)
<i>Dummy</i> Esquerda	0.009 (0.031)	-0.059 (-0.149)	-0.106 (-0.158)	-0.200** (-0.348)	-0.226** (-0.346)
<i>Dummy</i> Centro	-0.018 (-0.054)	-0.024 (-0.053)	0.014 (0.019)	0.082 (0.126)	-0.049 (-0.067)
Partido do governo	-0.029 (-0.100)	-0.065 (-0.166)	0.082 (0.123)	0.001 (0.002)	0.076 (0.116)
Quota de género	-0.002 (-0.294)	-0.001 (-0.103)	0.001 (0.061)	0.001 0.116	-9.681 (-0.007)
Observações	87	87	86	87	87
R ²	0.186 (18.6%)	0.227 (22.7%)	0.334 (33.4%)	0.309 30.9%	0.258 (25.8%)

Nota: *** p<0.001; **p<0.01; *p<0.05

1) Categoria de referência = *dummy* direita.

2) Nas células são apresentados os coeficientes de regressão não estandardizados; os coeficientes betas estandardizados estão entre parêntesis.

3) As variáveis *dummy* de cada país foram incluídas nos modelos, mas não são apresentadas.

Tabela 5. Explicando as variações nas diferenças absolutas entre candidatos a deputados do sexo feminino e masculino nos partidos – regressões OLS – família partidária.

Variáveis independentes	Imigração e autoridade B (Beta)	Igualdade social e ambiente B (Beta)	As mulheres devem receber tratamento preferencial quando concorrem a empregos B (Beta)	As mulheres devem ser livres de decidir sobre o aborto B (Beta)	O casamento entre pessoas do mesmo sexo deve ser proibido por lei B (Beta)
<i>Dummy</i> Liberal	0.046 (0.116)	0.089 (0.162)	0.032 (0.034)	-0.179 (-0.248)	-0.154 (-0.165)
<i>Dummy</i> Direita Radical	0.011 (0.023)	0.059 (0.090)	0.091 (0.082)	-0.098 (-0.114)	-0.048 (-0.044)
<i>Dummy</i> Socialistas e Comunistas	0.053 (0.160)	-0.035 (-0.076)	-0.115 (-0.147)	-0.246* (-0.406)	-0.299** (-0.388)
<i>Dummy</i> Nova Esquerda e Verdes	-0.021 (-0.061)	-0.031 (-0.066)	-0.065 (-0.079)	-0.290* (-0.469)	-0.263* (-0.332)
Partido de Governo	-0.048 (-0.169)	-0.068 (-0.171)	0.132 (0.192)	0.023 (0.044)	0.057 (0.085)
Quota de género	-0.001 (-0.204)	0.000 (0.016)	0.000 (0.017)	0.001 (0.081)	0.000 (0.027)
Observações	81	81	80	81	81
R ²	0.180 (18.0%)	0.257 (25.7%)	0.358 (35.8%)	0.317 (31.7%)	0.290 (29.0%)

Nota: *** p<0.001; **p<0.01; *p<0.05

1) Categoria de referência = família conservadora.

2) Nas células são apresentados os coeficientes de regressão não estandardizados; os coeficientes betas estandardizados estão entre parêntesis.

3) As variáveis dummy de cada país foram incluídas na análise, mas não são apresentadas.

Anexo A

Tabela A.1 - Sexo, educação (Universidade completa) e experiência política dos candidatos

	Sexo			Educação		Experiência		
	Mulheres	Homens	Total	Universidade completa	Total	Não	Sim	Total
	N	N	N	N	N	N	N	N
	%	%	%	%	%	%	%	%
Austrália	143 30.60%	325 69.40%	468 100.00%			379 81.0%	89 19.0%	468 100%
Alemanha	236 30.60%	536 69.40%	772 100.00%					
Irlanda	37 20.70%	142 79.30%	179 100.00%					
Grécia	93 34.10%	180 65.90%	273 100.00%	222 81.30%	273 100.00%	275 81.6%	62 18.4	337 100%
Finlândia	332 36.40%	579 63.60%	911 100.00%	449 50.10%	897 100.00%	838 92.0%	73 8.0%	911 100%
Bélgica	246 44.50%	307 55.50%	553 100.00%			468 83.9%	90 16.1%	558 100%
Holanda	57 33.90%	111 66.10%	168 100.00%	110 65.90%	167 100.00%	148 87.1%	22 12.9%	170 100%
Portugal	82 31.90%	175 68.10%	257 100.00%	217 85.80%	253 100.00%	169 66.8%	84 33.2%	253 100%
Islândia	181 50.10%	180 49.90%	361 100.00%	208 58.10%	358 100.00%	439 87.1%	65 12.9%	504 100%
Áustria	300 31.10%	666 68.90%	966 100.00%					
Suécia	648 43.80%	833 56.20%	1481 100.00%	726 49.20%	1476 100.00%	1566 91.6%	144 8.4%	1710 100%
Dinamarca	135 36.00%	240 64.00%	375 100.00%	213 74.00%	288 100.00%	338 90.1%	37 9.9%	375 100%
Total	2490 36.80%	4274 63.20%	6764 100.00%	2145 57.80%	3712 100.00%	4620 87.4%	666 12.6%	5286 100%

Anexo B

Tabela B.2 – Matriz fatorial rodada⁺

	Factor	
	1	2
Pessoas que infringem a lei devem ter sentenças mais severas/pesadas	0.680	
Os imigrantes devem adaptar-se aos costumes do [país]	0.703	
Os imigrantes são bons para a economia do [país]	0.481	
Torturar prisioneiros nunca é justificável, mesmo que isso possa prevenir eventos terroristas	0.481	
O casamento entre pessoas do mesmo sexo deve ser proibido por lei ⁺⁺	0.542	
Devem ser tomadas medidas mais fortes para proteger o ambiente		0.527
Proporcionar uma rede de segurança social deve ser o objetivo principal do governo		0.691
O rendimento e riqueza devem ser redistribuídos para o cidadão comum		0.814
Deve promover-se a globalização ⁺⁺⁺		0.554
	Valores próprios (<i>eigenvalues</i>)	2.523 1.628
	Variância explicada (%)	28.028 18.092

Método de extração: Análise em Componentes Principais.

Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser. Valores < 0,5 foram eliminados da tabela

Notas:

⁺A base de dados inclui dois outros itens, “As mulheres devem receber tratamento preferencial quando concorrem a empregos” e “As mulheres devem ser livres de decidir sobre o aborto”. No entanto, como esses são temas que afetam particularmente as mulheres, decidimos desde o início analisá-los separadamente. Por essa razão, eles não foram incluídos na análise fatorial.

⁺⁺A análise fatorial incluiu o item “O casamento entre pessoas do mesmo sexo deve ser proibido por lei” no fator 1 juntamente com os itens relacionados com imigração e autoridade. Contudo, uma vez que do ponto de vista teórico este item não parece pertencer a este índice, optámos por o analisar separadamente.

⁺⁺⁺Apesar do item “Deve promover-se a globalização” ter um bom peso no Fator 2, a sua inclusão no índice de igualdade social e ambiente diminuía o Alpha de Cronenbach para 0,583, comprometendo a sua validade interna. Por esta razão, optámos por excluir este item da análise.

Anexo C

Tabela C.3- Classificação dos partidos quanto à família partidária e ideologia

	Família partidária	Ideologia		Família partidária	Ideologia
Austrália 2007			Alemanha 2009		
Liberal Party of Australia	4	3	SPD	2	1
Australian Labor Party (ALP)	2	1	CDU	4	2
National Party of Australia	4	3	CSU	4	2
Australian Democrats	2	1	FDP	3	3
Australian Greens	0	1	Bündnis 90/Die Grünen	0	1
Pauline Hanson's One Nation Party	5	3	Die Linke	1	1
Family First Party	4	3	Grécia 2012		
Áustria 2008			ND	4	3
SPOE	2	1	PASOK	2	2
OEVP	4	2	Syriza	0	1
Gruene	0	1	DIMAR	2	1
FPOE	5	3	Islândia 2009		
BZOE	5	3	Social Democratic Alliance	2	1
DC	4	3	Progressive Party	6	2
KPOE	1	1	Conservative Party	4	3
LIF	3	2	Left Green Movement	0	1
Bélgica 2010			Liberal Party - Civic Movement	3	3
PS	2	1		6	2
MR	3	3	Irlanda 2007		
CDH	4	2	FF	4	2
ECOLO	0	1	FG	4	2
CD&V	4	2	Greens	0	1
N-VA	4	3	Labour	2	1
sp.a	2	1	SF (Sinn Fein)	6	1
VLD	3	3	Holanda 2006		
Vlaams Belang, VB	5	3	CDA	4	3
GROEN!	0	1	PvdA	2	2
Lijst Dedecker !	3	3	SP	2	1
Dinamarca 2011			VVD	3	3
Red/Green Alliance	0	1	Groen Links	0	1
Socialist People's Party	0	1	Christen Unie	6	2
Social Democrats	2	1	D66	0	2
Social Liberals	3	2	Pvd Dieren	6	2
Christian Democrats	4	2	Portugal 2011		
Liberal Alliance	3	3	BE	0	1
Liberals	3	3	CDS-PP	4	3
Conservative People's Party	4	3	PEV	0	1
Danish People's Party	5	3	PCP	1	1
Finlândia 2011			PSD	3	3
National Coalition Party	4	3	PS	2	1
Social Democratic Party	2	1	Suécia 2010		
The Finns Party	5	2	The Center Party	6	2
Center Party of Finland	4	3	The Feminist Party	0	1
The Left Alliance	2	1	The Liberal Party	3	2
Green League	0	2	The Christian Democrats	4	2
Swedish Peoples Party in Finland	4	3	The Green Party	0	1
Pirate Party of Finland	6	3	The Conservatives	4	3
			The Social Democrats	2	1
			The Sweden Democrats	5	3
			The Left Party	0	1

Legenda: Tipologias: 1. Família Partidária (0 Nova Esquerda/Verdes; 1 Comunista; 2 Socialista/Social-democrata; 3 Liberal; 4 Conservadora; 5 Direita Radical; 6 Outra) e **2. Ideologia** (1 Esquerda; 2 Centro; 3 Direita).

Tabela C.4. Distribuição do número de partidos políticos por família partidária e ideologia

	Família Partidária						Ideologia		
	NE/V	C	S/SD	L	Cons.	DR	Esquerda	Centro	Direita
Austrália	1	0	2	0	3	1	3	0	4
Austria	1	1	1	1	2	2	3	2	3
Bélgica	2	0	2	3	3	1	4	2	5
Dinamarca	2	0	1	3	2	1	3	2	4
Finlândia	1	0	1	0	3	2	2	2	4
Alemanha	1	1	1	1	2	0	3	2	1
Grécia	1	0	2	0	1	0	2	1	1
Islândia	1	0	1	1	1	0	2	2	2
Irlanda	1	0	1	0	2	0	3	2	0
Holanda	2	0	2	1	1	0	2	4	2
Portugal	2	1	1	1	1	0	4	0	2
Suécia	3	0	1	1	2	1	4	3	2
Total	18	3	16	12	23	8	35	22	30

Notas: 1) Família Partidária: NE/V- Nova Esquerda e Verdes; C – Comunistas; S/SD – Socialistas e Sociais Democratas; L – Liberais; Cons. – Conservadores; DR – Nova Direita Radical; 2) No total, 87 partidos foram analisados. Contudo, uma vez que não foi possível atribuir uma família partidária a 7 partidos na nossa base de dados – Partido Pirata (“Pirate Party”, Finlândia), o Partido Progressista e o Movimento Cívico (“Progressive Party” e “Civic Movement”, Islândia), Sinn Fein (Irlanda), Christen Unie e Pvd Dieren (Holanda) e o Partido do Centro (“The Center Party”, Suécia) - o total de partidos incluídos no que diz respeito à família partidária passa para 80.